

# Parecer Pericial Psicológico da Vítima

**Processo:** 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

**Vara:** Vara de Família e Menores de Lisboa

**Juiz:** Dr. António Ribeiro

**Requerente:** João Silva, menor, representado por Maria Silva (mãe)

**Réus:** Associação Casa da Juventude, Lda.; Carlos Mendes (ex-diretor)

**Perito:** Dra. **Ana Martins Pereira**, Psicóloga Clínica, N.º de Ordem dos Psicólogos nº 123456, especialista em trauma infantil, com experiência de 15 anos em avaliações periciais.

**Data da Emissão:** 12 de fevereiro de 2026

## 1. Objeto do Parecer

O presente parecer tem por objetivo analisar o estado psicológico da menor **João Silva**, nascido a 8 de outubro de 2009, a fim de:

- Verificar a existência de trauma psicológico decorrente de supostos abusos sexuais praticados entre 2015 e 2020 na Associação Casa da Juventude, Lda.;
- Avaliar o grau de sofrimento psíquico atual e as suas repercussões nas áreas cognitiva, emocional e comportamental;
- Estabelecer, se for o caso, a necessidade de medidas de tutela de urgência e de apoio psicoterapêutico continuado;
- Contribuir para a decisão judicial relativa à responsabilidade civil e criminal dos réus.

## 2. Metodologia

Etapa	Descrição	Data
<b>Entrevista Clínica Inicial</b>	Aplicação de entrevista semiestruturada à menor, à sua mãe (Maria Silva) e a um assistente social da Segurança Social.	02/01/2026
<b>Aplicação de Instrumentos Padronizados</b>	• <b>Children's Trauma Questionnaire (CTQ-2)</b> – versão portuguesa; • <b>Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)</b> – versão para adolescentes; • <b>Beck Depression Inventory – Youth (BDI-Y)</b> .	04/01/2026
<b>Observação Direta</b>	Sessões de jogo-terapia e desenho livre, com registo de comportamentos não-verbais.	06-08/01/2026
<b>Entrevista de Follow-up</b>	Re-avaliação dos resultados e esclarecimento de eventuais dúvidas.	15/01/2026
<b>Recolha de Documentação</b>	Análise dos relatórios médicos, escolares e de serviços de proteção de menores.	18/01/2026
<b>Elaboração do Parecer</b>	Integração dos dados, redação e revisão final.	12/02/2026

A avaliação seguiu as normas éticas do Conselho Regulador da Ordem dos Psicólogos Portugueses (CROP) e o Código de Processo Civil (artigos 378.º a 382.º).

### 3. Resultados Obtidos

#### 3.1. Histórico de Exposição ao Trauma

Ano	Evento Alegado	Tipo de Abuso	Local
2015	Primeiro contato físico não consentido	Toque sexual inapropriado	Sala de atividades da associação
2017	Abuso sexual repetido (penetrativo)	Abuso sexual grave	Escritório do diretor
2020	Coação para atos sexuais sob ameaça	Abuso sexual grave	Sala de reuniões

#### 3.2. Escalas Padronizadas

Instrumento	Escore Obtido	Interpretação
CTQ-2 (0-125)	87	Trauma severo (nível alto)
SDQ – Total Difficulties (0-40)	28	Problemas significativos nas áreas emocional e comportamental
BDI-Y (0-63)	31	Depressão moderada a grave

#### 3.3. Observações Clínicas

- **Comportamento de Evitação:** Recusa em entrar em salas que reproduzem a disposição da associação; manifesta ansiedade ao ouvir sons de portas a fechar.
- **Distúrbios do Sono:** Relata pesadelos recorrentes com temática de abuso; desperta várias vezes durante a noite.
- **Sintomas Somáticos:** Queixas frequentes de dores de cabeça e dores abdominais sem causa médica identificada.
- **Regressão:** Apresenta comportamentos de regressão infantil (choro intenso, necessidade de acompanhamento constante).
- **Desconfiança Generalizada:** Dificuldade em estabelecer relações de confiança com adultos fora do núcleo familiar.

### 4. Discussão

A combinação de **escores elevados nas escalas de trauma, sintomatologia clínica** compatível com Transtorno de Stress Pós-Traumático (TSPT) e **relatos consistentes de abuso** sustentam a hipótese de que a menor foi vítima de abusos sexuais graves e continuados entre 2015 e 2020.

Os critérios diagnósticos do *DSM-5-TR* para TSPT em menores (artigo 4.1) são plenamente atendidos:

1. **Exposição a evento traumático** – comprovada pelos relatos e corroborada por documentos da associação.
2. **Reexperiência intrusiva** – pesadelos, flashbacks, pensamentos intrusivos.
3. **Evitamento persistente** – recusa de entrar em ambientes semelhantes, evitação de contacto físico.

4. **Alterações negativas nas cognições e humor** – humor deprimido, culpa excessiva, visão negativa de si própria.

5. **Alterações de excitação** – irritabilidade, dificuldades de concentração, perturbações do sono.

A presença de **depressão moderada a grave** (BDI-Y = 31) indica necessidade de intervenção psicoterapêutica imediata, bem como avaliação psiquiátrica para eventual farmacoterapia.

---

## 5. Conclusões

1. **Existe evidência robusta de trauma psicológico grave** na menor João Silva, decorrente de abusos sexuais continuados praticados entre 2015 e 2020 na Associação Casa da Juventude, Lda.
2. **O quadro clínico atual corresponde a TSPT e depressão moderada-grave**, com repercussões negativas nas áreas académica, social e de saúde física.
3. **É imprescindível a implementação imediata de medidas de tutela de urgência**, nomeadamente:
  - Afastamento da menor de qualquer contacto com a Associação Casa da Juventude, Lda., e com o ex-diretor Carlos Mendes;
  - Atribuição de um **Assistente Social** para acompanhamento familiar;
  - Ingresso em programa de **psicoterapia especializada em trauma infantil** (por exemplo, Terapia Cognitivo-Comportamental focada em trauma ou EMDR).
4. **Recomenda-se a continuidade de acompanhamento psicológico** por, no mínimo, dois anos, com avaliações semestrais para monitorização da evolução.

---

## 6. Recomendação ao Tribunal

À vista dos factos acima expostos, **recomenda-se ao Juízo que:**

- **Conceda tutela de urgência** nos termos do artigo 798.º do Código de Processo Civil, determinando a suspensão imediata de qualquer atividade da Associação Casa da Juventude, Lda., que implique a menor;
- **Ordene a nomeação de um curador** para a menor, caso ainda não exista, a fim de garantir a proteção dos seus direitos patrimoniais e pessoais;
- **Autorize a realização de tratamento psicológico especializado**, custeado pelo réu (Associação Casa da Juventude, Lda.) e, subsidiariamente, pelo Estado, nos termos do artigo 504.º do Código Civil;
- **Determine a produção de prova pericial complementar**, caso o tribunal considere necessário aprofundar a avaliação de eventuais sequelas neuropsicológicas.

---

**Assinatura**

---

Dra. Ana Martins Pereira  
Psicóloga Clínica – Ordem dos Psicólogos nº 123456  
Especialista em Trauma Infantil

*Documento elaborado em conformidade com o artigo 378.º do Código de Processo Civil e com as normas deontológicas da Ordem dos Psicólogos Portugueses.*